

SEMANISTIA

Na festa de aniversário, 668 mil exilados das urnas

Pelágio Gondim

São 23 anos. Uma grande festa, com aroma de popularesco e sem nenhum sabor de democracia, foi preparada para que todos os seus 1 milhão, 327 mil, 502 convidados pudessem comemorar a mais nova idade de uma capital envelhecida há 23 abris pelo exílio das urnas. É mais um 21 de abril riscado do calendário sem que o Palácio do Planalto resolva participar da festa, vestindo o paletó da abertura democrática que confeccionou e bailou na farra de 15 de novembro de 82. Outra farra haveria se desarquivasse um presente que está mofando nas prateleiras do Congresso Nacional e que 668 mil, 215 brasilienses estão aptos e ansiosos para desembrulhar: a anistia política do Distrito Federal.

Sem esse presente, as comemorações pelos 23 anos de Brasília transformam em festa infantil o aniversário de uma cidade já adulta, mas que politicamente continua a ser tratada como um bebê que não consegue dirigir o seu caminho nem decidir sobre o seu destino. Grande parte da população, entretanto, cansou desse paternalismo de padrasto imposto pelo Governo Federal. Descartar essa fralda que impede os passos do processo democrático é um desejo manifestado tanto nos sofridos eleitores das invasões quanto nos prováveis candidatos que se apossaram das margens do Paranoá, privatizando o lago.

Em todos os dez pólos populacionais que compõem o Distrito Federal, donas-de-casa, operários, funcionários públicos, empresários e políticos de matizes políticos diferentes formam um mutirão para semejar a democracia que se cultiva no resto do País, mas que ainda não germinou em Brasília – a árvore-mãe dos poderes, que em 23 anos não amamentou seus filhos com o fruto do poder de revisar o seu passado, questionar o seu presente e planejar o seu futuro.

Este Distrito Federal, que nas eleições de novembro, enquanto o País resgatava pelo voto direto o poder dos governadores, se transformou numa ilha cercada de processo democrático por todos os lados, não tem representantes em nenhum nível. Por mais bem-intencionados que sejam os governantes, estes sempre serão bônicos, pois estão dirigindo 5 mil, 814 quilômetros quadrados e uma população maior do que a existente no Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Sergipe e Mato Grosso, sem ter recebido um voto sequer que os conduzisse aos cargos que ocupam, embora no Distrito Federal vivam 430 mil, 919 eleitores ainda virgens em urnas.

Só o Plano Piloto, segundo o Censo de 82, a ser publicado em junho, no Anuário Estatístico do DF, abriga mais de 301 mil, 190 habitantes. Desses, 6 mil, 806 ainda estão com o título de eleitor amarelando nas gavetas, porque Brasília não foi anistiada. Pelo mesmo motivo, outros 70 mil, 875 eleitores, de acordo com dados do Tribunal Regional Eleitoral, foram às urnas em 15 de novembro para eleger candidatos de seus Estados de origem e apenas em quatro dos seis níveis.

Taguatinga e Ceilândia, cidades-satélites que, juntas, têm 542 mil, 765 habitantes e centenas de problemas sócio-econômicos, possuem também 32 mil, 584 eleitores, que votaram em candidatos de outros Estados por não poderem escolher, entre os que vivem com a comunidade, os seus problemas, alguém que representasse esse contingente populacional sofrido com as deficiências de saúde, transportes e educação.



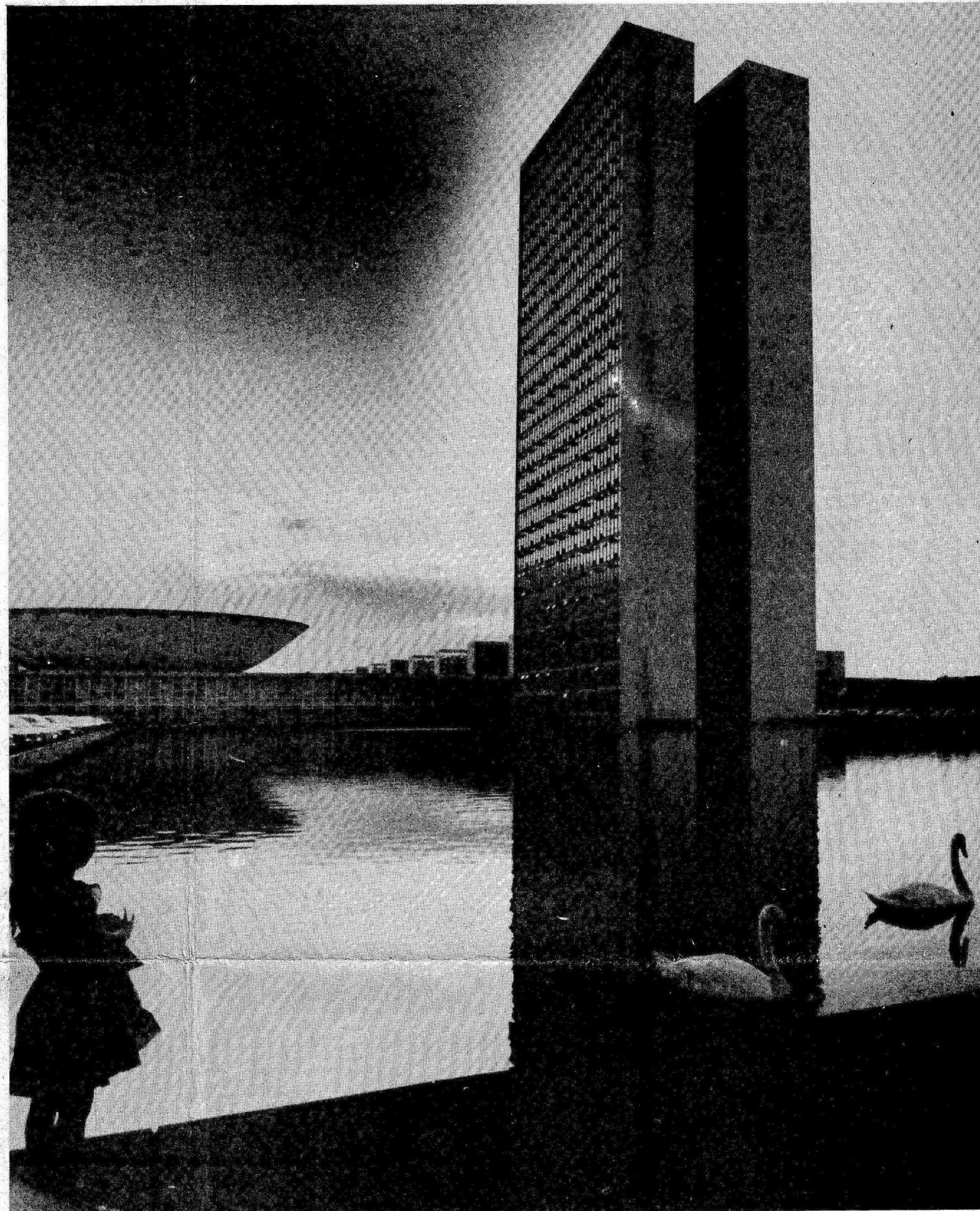
Os habitantes do Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, Gama, Sobradinho, Planaltina e Brazlândia, chegam a 483 mil, 347 pessoas, se somados aos 40 mil, 578 que vivem na zona rural. Sem ter quem tenha um mandato parlamentar para defendê-los, eles se tornaram vítimas das distorções administrativas que aquecem os gabinetes refrigerados do Palácio do Buriti. O caso da população do Cruzeiro é a própria vitrine dessas distorções. Mesmo tendo 47 mil, 640 habitantes – sendo, portanto, populacionalmente maior que Planaltina, que tem 44 mil, 133, e Núcleo Bandeirante, com 19 mil, 264 pessoas –, não tem administrador, é carente de escolas e áreas de lazer, sendo ainda alvo de especulação imobiliária e obrigada a pagar transporte caro, embora esteja próxima ao Plano Piloto.

A população que está ajudando a construir o Distrito Federal vem de todos os cantos do País. Em 1980, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge), dos 1 milhão, 198 mil, 142 habitantes, apenas 31,70 por cento – ou seja, 373 mil, 44 pessoas – eram filhos legítimos do DF. A maior parte dos migrantes adotados pela capital do País veio do Nordeste, região que elegeu nove governadores do PDS. Ainda em 80, os migrantes nordestinos chegavam a 361 mil, 687 pessoas, representando 30,73 por cento, quase o mesmo número da população nativa.

O segundo maior contingente populacional, em 80, veio do Sudeste, com 268 mil, 260 migrantes, dos quais 170 mil, 118 mineiros; 61 mil, 685 cariocas; 28 mil, 733 paulistas e 7 mil, 724 capixabas, representando 22,79 por cento da população. Dos Estados do Centro-Oeste vieram mais 128 mil, 288 migrantes, sendo 121 mil, 558 goianos. O Sul contribuiu com 20 mil, 53 migrantes, enquanto o Norte participou com 12 mil, 844 pessoas.

Nas últimas eleições, foram às urnas 137 mil, 296 eleitores residentes no Distrito Federal. Desses, 48 por cento (65 mil, 914) eram migrantes nordestinos; 31 por cento (42 mil, 479) do Sudeste; 8,53 por cento do Centro-Oeste (11 mil, 716); 4,68 por cento do Sul (6 mil, 438) e 2,61 por cento (3 mil, 586) do Norte. Hoje, se Brasília não tivesse sido posta à margem do processo democrático, seriam 668 mil, 215 os eleitores que atravessariam o caminho das urnas para chegar aos seus legítimos representantes e ao seu próprio destino.

A anistia, porém, está presa no laboratório do Palácio do Planalto. Brasília, assim, muda de idade mas não muda de regime. E hoje, seus habitantes, vestidos de penetrantes na longa festa da democracia, terão que se contentar em ver nascer em seus títulos eleitorais mais uma ruga de inutilidade, sem sentir na boca da urna o sabor do bolo democrático repartido a 15 de novembro.



A CIDADE ABRIGA O CONGRESSO QUE NÃO ABRIGA A VONTADE DO BRASILIENSE